

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48

**TRANSCRIÇÃO DA 64ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE,
REALIZADA NO DIA 06 DE
DEZEMBRO DE 2005. PRESIDIDA
PELO SR. SECRETÁRIO DO MEIO
AMBIENTE – SR. LUIZ EDUARDO
CHEIDA.**

O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Havendo o quorum mínimo de onze conselheiros damos início aos trabalhos. Esta presidência gostaria de saudar a todos os companheiros e declarar aberta a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Quero dizer que recebemos duas correspondências, as duas da Liga Ambiental que colocaremos em discussão logo após. Antes gostaria de verificar com os conselheiros se há consenso com relação à pauta da última reunião no que tange a informação da nossa Secretária Executiva, que possamos tão logo a Ata da reunião passada chegue em nossas mãos submeteremos aos conselheiros e faremos ou não a leitura da mesma. Gostaria de saber se há algum conselheiro que tenha encaminhamento contrário. Se não houver passamos à leitura desta Ordem do Dia e sua discussão. Podemos considerar este o encaminhamento? Então vamos prosseguir. A Presidência recebe duas solicitações por escrito, endereçadas ao Presidente do Conselho de autoria do Conselheiro Tom Grando Coordenador institucional da Liga Ambiental. A primeira diz o seguinte: “Considerando a tramitação de licenciamento de novas grandes centrais hidrelétricas no Paraná, a Liga Ambiental na qualidade de representante da sociedade civil neste Conselho, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Bacias do Rio Tibagi e Comitê de Bacia do Alto Iguaçu requer que lhe seja concedido tempo regimental para apresentar informações a respeito desses processos imediatamente após a leitura da Ata da última reunião Ordinária. Assinado Tom Grando”. O conselheiro quer fazer uso da palavra e defender sua correspondência.

CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Gostaria de rapidamente fazer uma defesa quanto à importância do tema tratado, uma vez que talvez alguns conselheiros não entendam bem como está funcionando a questão do leilão ou da construção de novos empreendimentos hidrelétricos no Estado do Paraná que tem reflexo sobre a agricultura, sobre a indústria, sobre o uso da água, sobre a biodiversidade e sobre a sociedade paranaense como um todo. No dia 16 de dezembro possivelmente teremos um leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica de onde consta um empreendimento na Bacia do Rio Tibagi, denominado UH Mauá. Os conselheiros já devem ter visto nos jornais ou examinado algumas matérias relacionadas à polêmica desse licenciamento uma vez que se trata de (?) no Estado do Paraná, uma vez que os Estudos de Impacto Ambiental têm sido alvo de críticas não só por parte da Liga Ambiental, que apresentou 59 quesitos não tratados pelo Estudo, nenhum deles até agora apresentados pelo empreendedor – respondido pelo empreendedor ou pelo IAP. Como também pelo Ministério Público Federal, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá. Há também um certo contrassenso do ponto administrativo/executivo do Estado com relação à prioridade desses empreendimentos ou adequação desse empreendimento no contexto no qual nos encontramos. Sendo assim acho importante, gostaria de ter 5 a 10 minutos dentro do que o Regimento permitir, para apresentar em que estado as coisas

49 estão uma vez que hoje, dia seis, seria a data final para que se apresentasse a Licença
50 Prévia para que esse empreendimento fosse a leilão dia dezesseis. Infelizmente o
51 Ministério de Minas e Energia numa nova manobra, mudou novamente a data para
52 apresentação dessa Licença Prévia que agora poderá ocorrer até dois dias apenas
53 antes do leilão, numa Portaria emitida esta semana.

54 É um assunto muito importante e que não pode passar à margem da sociedade,
55 muito menos à margem deste Conselho, Presidente. É o pleito da Liga Ambiental,
56 muito obrigado.

57 O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Em discussão e em votação, se
58 os Conselheiro concordam com a proposta de um tempo regimental de 5 a 10 minutos
59 para a Liga Ambiental apresentar as suas considerações, após a leitura da Ata da
60 reunião passada: APROVADA. Requerimento ao Plenário do Conselho endereçado ao
61 Presidente onde solicita: “A Liga Ambiental vem por meio do presente requerimento
62 solicitar que a pauta da 64ª Reunião seja invertida, considerando que os pontos
63 relativos à votação de representantes do CEMA para os fóruns de Mudança
64 Climáticas e Globais e de Biodiversidade relacionam-se a decretos de maio de 2005.
65 A presente solicitação fundamenta-se no fato de que os demais pontos a serem
66 tratados, quais sejam: Sistema Estadual de Unidades de Conservação, Controle Social
67 do Fluxo Estadual de Meio Ambiente, composição de novas competências do CEMA
68 e Câmara Temática em Espécies Exóticas e Invasoras precedem aqueles relacionados
69 aos decretos de 2005, tendo sido propostos pela sociedade civil ainda nos anos de
70 2003 e 2004. Assinado: Euclides S. Grandó Junior / Liga Ambiental”. Solicitaria
71 antes de colocar em discussão e dar a palavra ao solicitante que fizéssemos a leitura
72 da Ordem do Dia incluindo a discussão solicitada pela Liga Ambiental.

73 Passaremos então à Ordem do Dia: apreciação de proposta de minuta de
74 resolução para a eleição dos representantes de entidades ambientalistas não
75 governamentais para as cadeiras do CEMA; votação de representantes titular e
76 suplente deste Conselho para compor o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas
77 Globais conforme o Decreto 48/88 de 31 de maio de 2005, art. 2º item 3; votação de
78 representante titular e suplente deste Conselho para compor o Fórum Paranaense de
79 Biodiversidade e Biossegurança para COP -8 e Protocolo de Cartagena conforme
80 Decreto nº 48/87 de 31 de maio de 2005, art. 2º item 3; autorização do andamento das
81 Câmaras Temáticas relacionadas abaixo: 1ª) Sistema Nacional de Unidades de
82 Conservação; 2ª) Controle Social dos Recursos do Fundo Estadual de Meio
83 Ambiente; 3º) Composição e novas competências do CEMA – do Conselho Estadual
84 de Meio Ambiente; 4º) Câmara Temática de Espécies Exóticas e Invasoras.

85 Esta é a nossa pauta, por fim, assuntos gerais e o encerramento desta reunião.
86 Concedo a palavra ao solicitante do requerimento já lido, o Coordenador Institucional
87 da Liga Ambiental – Tom Grandó para suas considerações.

88 O SR. TOM GRANDÓ (Liga Ambiental):- O pleito vem no sentido da nossa
89 manifestação da última reunião, 63ª Reunião Ordinária, em que manifestamos certo
90 descontentamento com relação à introdução de novos temas, de novas pautas sendo
91 priorizadas com relação a pautas que estão sendo discutidas há mais de um ano. Um
92 ano e meio, às vezes dois anos. Não deixando de reconhecer a importância dessa
93 indicação e o atendimento ao Decreto Estadual, o fato é que possivelmente
94 poderíamos ter tido uma reunião extraordinária para discutir essa questão que surgiu
95 de forma extraordinária. O que não gostaria é de ver mais uma vez postergada as
96 discussões relacionadas aos 4 temas dos quais fazemos parte, uma vez que, inclusive,

97 suspendi compromissos pessoais para aqui estar. Então a solicitação é de que
98 simplesmente invertamos e demos prioridade ao que foi colocado em discussão já há
99 um ano e meio atrás e não ao que entrou agora como uma necessidade de atendimento
100 ao Decreto – sem deixar de reconhecer a importância nos últimos dois meses. Essa é a
101 solicitação: para que demos prioridade aos temas que estão em pauta.

102 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Está em discussão a
103 inversão da pauta, com a palavra o Conselheiro Erich.

104 O SR. CONSELHEIRO ERICH GOMES SCHAITZA (SEPL):- Um dos itens
105 da pauta é apreciação de proposta de minuta da Resolução dos representantes das
106 entidades ambientalistas. Marcamos na última reunião uma reunião, para amanhã,
107 para finalizarmos essa minuta de Resolução que não estava 100% pronta. Talvez isso
108 fosse um ponto que já poderia ficar para a 65ª Reunião Ordinária.

109 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Não havendo
110 nenhum conselheiro que queira se manifestar, em votação a proposta requerida pela
111 Liga Ambiental de se fazer a inversão da pauta: APROVADA por unanimidade a
112 inversão da pauta. Começaremos então pelo 4º item: atualização do andamento das
113 Câmaras Temáticas relacionadas à base. A primeira Câmara Temática do Sistema
114 Estadual de Unidades de Conservação. Com a palavra por inscrição o Conselheiro
115 Joel.

116 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Uma
117 questão de esclarecimento. O (?) está fazendo uma retirada de pauta da minuta que
118 foi retirada a apreciação da minuta da resolução?

119 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Desculpa, não entendi sua
120 pergunta.

121 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Está
122 na pauta a apreciação da Minuta, mas vai ter uma reunião ainda para finalizar o
123 trabalho. Então está retirado da pauta?

124 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência pede
125 desculpa aos Conselheiros e também entende dessa maneira: deveria ter sido
126 encaminhado simplesmente a retirada desse item de pauta visto que não há, ainda,
127 uma proposta de Minuta. Então por questões óbvias, antes de encaminhar a discussão
128 do primeiro item da pauta, retrocede em votação apenas para referendo, a retirada do
129 primeiro item da pauta e sua transferência para a 65ª Reunião do Conselho, em
130 discussão, em votação: APROVADO e transferido esse primeiro item da pauta para a
131 65ª Reunião Ordinária. Os demais itens permanecem por votação já feita.

132 O SR. CONSELHEIRO ELEUTÉRIO LANGOWSKI (Apromac):- Gostaria
133 de aproveitar o momento e indicar o substituto do meu nome porque não poderei estar
134 presente nessa Câmara Temática, gostaria de indicar a Conselheira Laura para fazer
135 parte da Câmara Temática daqui para frente. Já aproveitando que essa Câmara
136 Temática vai se reunir para discutir isso. A Apromac continua fazendo parte da
137 Câmara Temática, apenas que a Apromac indica a Laura como representante.

138 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Acredito não haver
139 óbice nenhum e solicito ao Conselheiro Erich que anote a solicitação e sendo então
140 feita a substituição da representação da Apromac pela Conselheira Laura Jesus para a
141 Câmara Temática.

142 A Presidência vai colocar em discussão o Sistema Estadual de Unidades de
143 Conservação. Recebe por parte da Procuradora do Estado Ana Cláudia Graff uma
144 solicitação de leitura de uma correspondência antes de colocarmos em discussão.

145 Passo a ler: “Curitiba, 25 de novembro de 2005, Sr. Presidente: Consta da pauta
146 encaminhada aos Conselheiros quando da convocação para a 63ª Reunião Ordinária
147 do CEMA a realizar-se no dia 29, próximo, um documento intitulado – Relatório
148 Final da Câmara Temática do SEUC. Acompanhado de uma Minuta de um
149 anteprojeto de lei a respeito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Como
150 integrante da referida Câmara Temática causou-me estranheza o fato de tal
151 documento não estar subscrito por qualquer de seus integrantes. Tem o presente,
152 portanto, o sentido de ressaltar que o conteúdo do Relatório que a Minuta de
153 Anteprojeto de Lei que o acompanha, não reflete o posicionamento da Procuradoria
154 Geral do Estado sobre o assunto. Solicito, dessa forma, a leitura desse Ofício durante
155 a 63ª Reunião do CEMA de modo a que seu inteiro teor passe a constar da Ata
156 respectiva. Atenciosamente, Ana Cláudia Graff – Procuradora do Estado e membro
157 suplente do CEMA”.

158 Naturalmente este Ofício não foi lido porque o ponto de pauta foi remetido a
159 esta reunião. Então apesar das datas não serem exatamente as mesmas, estamos
160 fazendo esta leitura neste momento. A presidência indaga dos componentes da
161 Câmara do SEUC quem poderia fazer o relato da finalização dos trabalhos? O relator
162 dessa Câmara é o Conselheiro Euclides Grandó Junior.

163 O SR. CONSELHEIRO EUCLIDES GRANDÓ JUNIOR (Liga Ambiental):-
164 Tom Grandó, da Liga Ambiental. Antes de mais nada é indispensável que a gente faça
165 um esclarecimento ou um comentário com relação ao Ofício remetido pela
166 Procuradoria Geral do Estado. Dizer que não nos surpreendemos, em absoluto, com
167 relação a esse posicionamento, uma vez que quando a Liga Ambiental como tem
168 sempre feito apresentou ao Plenário uma Minuta de Resolução tratando de um
169 Sistema Estadual de Unidades de Conservação prontamente a Dra. Ana Cláudia se
170 manifestou contra e podemos resgatar isso das gravações da reunião em que
171 apresentamos a Minuta contra o tratamento dessa questão aqui, no Plenário, inclusive
172 comentando que não caberia sequer ao estado do Paraná se submeter ao Sistema
173 Nacional de Unidades de Conservação. É lógico que esse parecer pode ser passível de
174 debates jurídicos infundáveis. Mas, por uma questão de bom-senso até de quem não é
175 jurista ou advogado, sabemos que vivemos numa federação e não nos resta outra
176 alternativa senão, minimamente, nos submetermos ao ordenamento jurídico federal.
177 Então, no nosso entender da Liga Ambiental estaríamos, sim, submetidos ao Sistema
178 Nacional de Unidades de Conservação. Independente disso conseguimos até com
179 base no espírito democrático do Presidente do Conselho, Secretário Cheida, fazer
180 com que esse Sistema que é o Sistema Estadual de Unidades de Conservação viesse a
181 compor, não fosse votado da forma como gostaríamos, né, na Minuta que
182 apresentamos, mas viesse a compor mais uma Câmara Temática para que fosse
183 discutido e apresentado na forma de resolução. Aqui vou pegar os documentos
184 oficiais que constam ou que foram disponibilizados pela Secretaria Executiva, para
185 resgatar um pouco dessa história e entender como estão funcionando as Câmaras
186 Temáticas e porque estão suscitando tantos questionamentos. Inclusive recorrendo,
187 aqui, aos debates que tivemos sobre a Câmara Temática de Resíduos Sólidos onde o
188 relatório final sofreu questionamentos nossos, mesmos, sobre a legitimidade ou sobre
189 a legalidade do teor do relatório final apresentado. Existe uma diferença substancial
190 nesse caso: todos os atos dessa Câmara Temática estão registrados na forma de Ata,
191 manuscritas de meu próprio punho, e assinadas embaixo. É importante que se diga
192 que todas as reuniões marcadas e aqui vou relatar quais foram, nas quais a

193 convocação foi feita por escrito pelo ex-Secretário Executivo Álvaro Marques, a Dra.
194 Ana Cláudia Bento Graff não compareceu a nenhuma. Então não é de se estranhar
195 que ela não concorde com o teor final. Pergunto aos conselheiros se isso não é uma
196 estratégia honesta ou responsável quando não se quer discutir algum tema. Pois
197 bastaria: ou enviarmos um requerimento no início da reunião pedindo para que o tema
198 saísse de pauta ou que nós, simplesmente, não comparecêssemos a nenhuma das
199 reuniões convocadas e depois viéssemos a nos apresentar como não ouvidos e não
200 ditos. E daí poderíamos esvaziar qualquer deliberação em qualquer Câmara Temática.
201 Acho que isso não é responsável e nem honesto.

202 De qualquer maneira digo que no dia 03 de 03 de 2004, o Sr. Joel Carlos
203 Sarnick, Álvaro Aparecido Marques, Dra. Ana Cláudia Graff, Wilson Loureiro e eu
204 mesmo estivemos aqui, na Secretaria, debatendo o tema. Depois disso no dia 9 de
205 março de 2004 – o senhor Joel Carlos Sarnick, o Sr. Jackson (?), eu mesmo, Wilson
206 Loureiro, Paulo Pizzi e Espartano Fonseca subscrevem outra Ata de debate
207 relacionada à Minuta apresentada. E houve outra reunião no dia 16 de março onde
208 estiveram presentes o Joel Carlos Sarnick, Euclides Tom Grandó, Giseli Bolzani que
209 era uma técnica designada pelo IAP para conduzir os debates, Wilson Loureiro e
210 Espartano Fonseca presenciaram uma outra reunião e subscreveram também a Ata.
211 Finalmente no dia 24 de março: Wilson Loureiro, Euclides Tom Grandó, Espartano
212 Fonseca, Arnaldo Muler, Giseli Bolzani participaram de outra reunião que acabou
213 sendo um conjunto de reuniões preparatórias, Sr. Presidente, para que nada menos do
214 que 40 instituições participassem de um evento organizado por esse relator em
215 conjunto com a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas através do Sr.
216 Wilson Loureiro, 40 pessoas que estiveram no ex-Parque Castelo Branco, 40
217 instituições que participaram da discussão dessa Minuta. Inclusive contando com a
218 presença da Dra. Ana Cláudia Bento Graff.

219 Não vou me estender porque para nós está muito claro qual é o tipo de postura
220 que a Procuradoria assumiu neste caso. Mas o que lamento é que no dia 29 de abril, a
221 Dra. Ana Cláudia subscreva – está aqui a assinatura dela original, o relatório parcial
222 dessa Câmara Temática, que então solicitava na 60ª Assembleia Geral Ordinária do
223 CEMA a postergação da entrega do Relatório final um prazo adicional de mais 45
224 dias. Esse prazo foi concedido e pouco mais de 45 dias depois foi realizada a 61ª
225 Reunião Ordinária do Conselho. E aqui vou ter que ler a Ata dessa reunião onde foi
226 apresentado o Relatório final, também na presença da Dra. Ana Cláudia Bento Graff e
227 acho que mais do que a assinatura e a presença da própria Procuradora não posso
228 fazê-lo. E digo de antemão: não me preocupo sequer com o fato de ser questionado
229 nesse Relatório final porque estou tranquilo na minha consciência e com a condução
230 dessa Câmara Temática e me preocupo com o destino deste Conselho se esse tipo de
231 prática for recorrente.

232 Então se o Sr. Presidente e Secretário quiser ler está entre a linha 159 e a linha
233 194, senão eu mesmo posso fazer a leitura.

234 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Pediria que o
235 Relator fizesse a leitura.

236 O SR. CONSELHEIRO EUCLIDES TOM GRANDÓ (Liga Ambiental):- “O
237 Secretário Executivo do CEMA passa a palavra ao Relator da Câmara Temática do
238 Sistema Estadual de Unidades de Conservação, o Sr. Euclides Grandó Junior da Liga
239 Ambiental, diz que irá fazer a leitura dos procedimentos adotados por esta Câmara
240 Temática para chegar ao produto final deste trabalho que é onde o projeto de lei será

241 submetido à Assembleia Legislativa. A Câmara Temática do Sistema Estadual de
242 Unidades de Conservação foi criada na 59ª Assembleia Ordinária do Conselho,
243 desenvolveu seu trabalho durante seis reuniões realizadas entre fevereiro e julho de
244 2004. Considerando o anteprojeto de lei já desenvolvido por técnicos do IAP, a
245 Câmara Temática adotou como método de trabalho a análise a aprimoramento do
246 referido anteprojeto. Para tanto além de apurada a análise realizada pelos
247 componentes da Câmara definiu-se pela realização de um Encontro realizado no dia
248 16 último. (16 de agosto) A Câmara Temática buscou adequar os procedimentos de
249 trabalho de modo a obter a efetiva participação das instituições no processo de análise
250 e apresentação de contribuições pelas mesmas. Desta forma foram recolhidas as
251 sugestões de adequações de documentos formulados por 20 representantes
252 institucionais, os quais formalizaram sua participação por meio de documentação
253 escrita ou por meio eletrônico”. Essa documentação está nesta pasta aqui, inclusive
254 com ofícios timbrados das instituições convidadas, foram 40. “A Câmara Temática
255 constituída inicialmente por cinco membros do Conselho e resolveu como método de
256 trabalho recolher sugestões de outras 20 instituições que estavam no Seminário que
257 foi organizado nesse meio tempo. Na última reunião ordinária do CEMA a Câmara
258 Temática apresentou os resultados dos procedimentos supracitados e solicitou que os
259 membros do Conselho concedessem um prazo adicional de 45 dias (conforme
260 mencionamos há pouco) para que na presente Assembleia Geral Ordinária se
261 apresentasse o relatório final. Constando o Projeto de Lei voltado à definição da
262 política de manutenção, implantação e gestão das unidades de conservação no Estado
263 do Paraná, em cumprimento ao estabelecido naquela reunião. A Câmara Temática
264 submete ao Conselho o presente anteprojeto de lei para a criação do Sistema Estadual
265 de Unidades de Conservação cuja organização e manutenção já figuram na Lei 10.066
266 de 1992, art. 6º inciso 8º como um dos objetivos do IAP. Assim considerando já
267 transcorrido o período de 12 anos desde a concepção inicial do SEUC Paraná (12
268 anos, esse Sistema foi previsto em 92). A Câmara Temática para elaboração do
269 Sistema Estadual de Unidades de Conservação entende como pertinente e oportuno o
270 encaminhamento do anteprojeto apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do
271 Paraná para que dentro dos dispositivos neles previstos, sejam efetivadas as políticas
272 de conservação da biodiversidade no âmbito do Estado do Paraná”.

273 Senhores, a leitura desta Ata, a revisão dos procedimentos dessa Câmara Temática e
274 dos documentos que não estão aqui incluídos, são documentos desse evento realizado
275 em 16 de agosto de 2004, não deixa dúvidas sobre a legitimidade e sobre a adequação
276 desse documento e também não deixa dúvidas sobre a participação da Dra. Ana
277 Cláudia Bento Graff na submissão desse documento ao Plenário. A Liga Ambiental
278 está predisposta a prestar outros esclarecimentos e a debater, inclusive, aquele
279 anteprojeto que já surgiu de uma larga e atípica discussão entre as instituições e se
280 isso não acontecer agora ou não acontecer nas próximas reuniões, certamente quem
281 perderá é o Estado do Paraná. Obrigado.

282 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Esta Presidência
283 agradece e abre a palavra aos conselheiros para a discussão do relatório final da
284 Câmara Temática do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Conselheiro
285 Paulo Pizzi e em seguida o Conselheiro Carlos. Só lembrando que dentre os 4
286 membros da Câmara Temática só temos aqui o Conselheiro Relator, Tom Grando. Os
287 demais: Espartano, Arnaldo e Ana Cláudia estão ausentes.

288 O SR. CONSELHEIRO PAULO PIZZI (Mater Natura):- Minhas colocações

289 são mais de 3 propostas de inserção. Ali no art. 3º, não sei a alínea, onde começa:
290 “Proteger no âmbito regional as espécies endêmicas”, eu sugeriria a palavra raras e as
291 ameaçadas, acrescenta a palavra “raras”.

292 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Conselheiro Paulo
293 só para esclarecer: é no Capítulo II, art. 3º. Vamos fazer as propostas em forma de
294 destaque para o Relator poder anotar.

295 O SR. CONSELHEIRO PAULO PIZZI (Mater Natura):- Então deixo para
296 mais tarde as inserções. Concordo.

297 O SR. CONSELHEIRO CARLOS JOSÉ ZIMMER (FEEB):- Gostaria se
298 pudesse ter acesso a essa correspondência da Dra. Ana ou ser lida novamente, ou, de
299 repente, até distribuir uma cópia para todos. Poderia ler novamente?

300 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Algum Conselheiro
301 se posiciona contrário? (Não!) Vamos então reler a correspondência da Dra. Ana
302 Cláudia Graff, do dia 25 de novembro de 2005, Ofício 29/05 da Procuradoria Geral
303 do Estado:

304 “Sr. Presidente: Consta da pasta encaminhada aos Conselheiros quando da
305 convocação para a 63ª Reunião Ordinária do CEMA a realizar-se no dia 29, próximo,
306 um documento intitulado – Relatório Final da Câmara Temática do SEUC.
307 Acompanhado de uma Minuta de um anteprojeto de lei a respeito do Sistema
308 Estadual de Unidades de Conservação. Como integrante da referida Câmara Temática
309 causou-me estranheza o fato de tal documento não estar subscrito por qualquer de
310 seus integrantes. Tem o presente, portanto, o sentido de ressaltar que o conteúdo do
311 Relatório que a Minuta de Anteprojeto de Lei que o acompanha, não reflete o
312 posicionamento da Procuradoria Geral do Estado sobre o assunto. Solicito, dessa
313 forma, a leitura desse Ofício durante a 63ª Reunião do CEMA de modo a que seu
314 inteiro teor passe a constar da Ata respectiva. Atenciosamente, Ana Cláudia Graff –
315 Procuradora do Estado e membro suplente do CEMA”. Esta correspondência está
316 protocolada no dia 28. Portanto, como a pauta também foi remetido esse item para a
317 reunião de hoje é que estamos procedendo a reunião somente hoje. Conselheiro
318 Carlos, declina. Conselheiro Joel.

319 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLO SARNICH (Fundação Cretã):- Só um
320 esclarecimento, me parece que no teor do Ofício ela requer que seja constado em Ata.
321 Esse requerimento não sei, senão me falhe a memória, o simples fato de requerer para
322 constar em Ata está tudo bem?

323 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Ela diz que não
324 está subscrito.

325 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- É isso
326 mesmo Sr. Presidente: só o simples fato de requerer que conste em Ata só isso já é
327 suficiente? Não há necessidade de votação desse pleito?

328 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- É um requerimento
329 como qualquer outro, vai ser submetido à votação.

330 O SR. CONSELHEIRO TADEU MOTTA (SJP):- Inicialmente uma
331 retificação, Sr. Presidente. Foi colocado que o Conselheiro representante era o
332 Espartano. Ele participava da Câmara Temática representando os municípios à época,
333 atualmente o representante sou eu. Então não está ausente a representação, está
334 ausente o ex-conselheiro Espartano Tadeu da Fonseca que era o representante dos
335 municípios. E segundo ponto só queria colocar que li atentamente toda a proposta da
336 Câmara Temática e gostaria simplesmente colocar que participei desde 1996 dos

337 primeiros trabalhos de elaboração desse documento, não vejo uma diferença
338 substancial, vejo que é um documento essencial para o Estado do Paraná. Há
339 necessidade de se instituir, sim, sistemas estaduais e inclusive municipais de unidades
340 de conservação. E não vejo uma discussão maior que deva ser feita em cima disso a
341 respeito da questão jurídica. É um documento que deve ser elaborado, sim, está
342 revisto na Lei do SNUC que os Estados podem elaborar seus sistemas e os municípios
343 também podem. Não vejo porque discutirmos o mérito jurídico disso aí.

344 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Queria
345 fazer um registro na confiança do pessoal que elaborou, que é um pessoal responsável
346 e tem condições de fazer a melhor proposta possível. Agora, gostaria de fazer uma
347 observação: a Dra. Ana Graff não colocou aí no que que divergi, ela só diz que está
348 diferente, que não confere. Ela não diz o que está diferente! É uma pena que ela não
349 está aqui hoje, mas vemos uma dificuldade na Comissão que estava discutindo o
350 cadastro das ONG's a dificuldade era com a presença da Dra. Ana Graff. E pelo relato
351 que o Tom fez ela não esteve nas reuniões. É complicado quando o Conselheiro
352 assume aquela tarefa e não pode cumprir. Isso também teria que considerar aqui: é
353 importante a pessoa estar presente e dar sua contribuição.

354 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o
355 Conselheiro Gava.

356 O SR. CONSELHEIRO ROBERTO GAVA (FIEP):- Quero fazer a seguinte
357 consideração que ao votarmos essa proposta da forma que está, estamos perdendo
358 uma oportunidade gigantesca para dar um exemplo para o Brasil de que propriedade
359 privada quando cobijada para ser transformada em unidade de conservação, ela deve
360 ser inicialmente remunerada. Aqui no art. 30 em seu § 1º copia praticamente a Lei do
361 SNUC que tem essa distorção terrível e resultando numa dificuldade também terrível
362 para a criação das unidades de conservação que estamos vivendo aí há quase dois
363 anos. Por quê? Porque a propriedade privada que ela foi escolhida pelo Ministério do
364 Meio Ambiente, porque hoje e cada vez mais ela é uma raridade no nosso contexto.
365 Uma propriedade que tenha um ecossistema o mais perfeito possível. E nós todos
366 precisamos fazer um esforço muito grande para que esse ecossistema ou esses
367 ecossistemas sejam preservados através da criação de unidades de conservação. Mas,
368 primeiro temos que premiar o herói que preservou e não castigá-lo como tem
369 acontecido. De modo que, com isso, peço a retirada de pauta da discussão para que
370 possamos encontrar uma maneira de sermos criativos e dar um exemplo para a Lei do
371 SNUC nacional que lá, também, precisamos fazer a modificação. Não é possível
372 continuar essa forma que está que é um desestímulo para a preservação ambiental. Da
373 forma que está é um estímulo para que aquele que até hoje preservou coloque tudo no
374 chão para a tristeza de todos nós. Era isso.

375 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência recebe
376 uma solicitação de retirada de pauta e indaga ao Conselheiro Gava por quantas
377 reuniões, por quanto tempo, para qual efeito? Se for retirada de pauta de que forma
378 ela continuará sendo debatida: no Conselho, nas representações? Como seria sua
379 proposta?

380 O SR. CONSELHEIRO ROBERTO GAVA (FIEP):- Vou formular então. Mas
381 da minha parte espero que isso seja feito o mais rápido possível.

382 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Esta Presidência,
383 então, aguarda uma solicitação mais detalhada por parte do Conselheiro Gava. Com a
384 palavra o Conselheiro Joel.

385 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Eu
386 concordo com o Roberto Gava que os demais devam ser premiados, senão não tem
387 sentido preservar e tem a questão aí do genocídio da araucária e tudo mais e a gente
388 sabe como que as pessoas agem. Mas acompanhei algumas reuniões dessa Câmara e
389 da mesma forma que atuei na Câmara de Resíduos e votei pelo trabalho que
390 acompanhei, pelas colocações iniciais dessa Câmara e pela seriedade de quem
391 compôs essa Câmara eu não gostaria e sou contra a retirada de pauta. Porque acho
392 que devemos avançar. Se for necessário emendar essa artigo, nós emendaremos, mas,
393 votaremos.

394 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o
395 Conselheiro Harry.

396 O SR. CONSELHEIRO HARRY LUIZ TELES (IAP):- Tenho uma
397 preocupação com relação a esse tema quando escutei a leitura do Ofício da Dra. Ana
398 Graff da PGE, no seguinte sentido. É sabido que toda e qualquer proposta de uma
399 nova legislação – seja decreto ou até mesmo uma lei, vá passar obrigatoriamente pela
400 análise da Procuradoria Geral do Estado. Se já agora a representante da PGE
401 questiona e põe em questionamento que até prova em contrário, não está
402 concordando com o encaminhamento dado, teríamos um desgaste muito grande neste
403 Conselho levar adiante essa proposta e termos, pelo menos, um posicionamento o
404 mais próximo possível, principalmente com quem mais tarde vá ter em mãos o poder
405 e poderá colocar abaixo todo o trabalho feito pela Câmara Técnica.
406 Então, Sr. Presidente, deixo essa preocupação se não seria prudente e respeitando toda
407 a ação do Conselheiro Tom Grando, de todo o trabalho feito, das considerações que
408 ele fez na ausência da Dra. Graff, mas se não seria o caso, realmente, de tentar chegar
409 a um consenso.

410 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o
411 Conselheiro Carlos.

412 O SR. CONSELHEIRO CARLOS JOSÉ ZIMMER (FEEB):- O resultado
413 dessa Câmara Temática se está aqui é porque foi votado, não precisa ser por
414 unanimidade na Câmara, veio para cá e o Plenário tem o poder de retirar ou aprovar.
415 Mas a tramitação disso aqui pelo que me consta é um projeto que o Executivo vai
416 apresentar na Assembleia Legislativa e que lá vai sofrer todas as emendas possíveis.
417 Nossa posição é no sentido de que aprovemos o resultado desse trabalho, mesmo
418 porque está toda documentada a participação e as possíveis emendas e as
419 discordâncias que porventura a Procuradoria tenha, ela apresente no momento
420 oportuno. Nossa posição é pela aprovação do material apresentado pela Comissão.

421 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Em primeiro lugar
422 gostaria de fazer uma solicitação para que o Conselheiro Roberto Gava mostrasse o
423 artigo do Regimento Interno do Conselho em que ele fundamenta a solicitação de
424 retirada de pauta. Isso é necessário porque precisamos adotar os procedimentos
425 regimentais aqui. Em segundo lugar gostaria de me dirigir ao Presidente do IAP, Sr.
426 Harry Teles, para mencionar que esse tipo de estratégia da Procuradoria Geral do
427 Estado já foi adotada em outras ocasiões. Toda vez que a Procuradoria Geral do
428 Estado não concordar ideologicamente ou tecnicamente e, neste caso, é
429 ideologicamente, então alguma proposição do Conselho passará não se apresentar no
430 Conselho Estadual do Meio Ambiente e simplesmente mandaram um requerimento
431 para retirada de pauta ou considerando a não anuência com relação ao conteúdo. Aí
432 recairemos no mesmo fim, ou seja, o poder de veto estará estabelecido para a

433 Procuradoria Geral do Estado e isso é perigoso para os órgãos ambientais, para a
434 sociedade civil, pelas representações de classe. Isso já é uma estratégia recorrente e
435 como mencionei aqui, ela não discorda. Porque se o discordasse na 61ª Reunião teria
436 se manifestado e não se manifestou, aceitou a apresentação do anteprojeto. Isso é uma
437 manobra e não me preocupo com isso, mas é uma manobra primária e que ofende a
438 autonomia deste Conselho que como bem disse o Conselheiro Carlos, apenas propõe
439 no anteprojeto para que passe pelo crivo da Assembleia Legislativa onde estão os
440 representantes da sociedade civil, os representantes setoriais e aqui não há distorção
441 nenhuma Sr. Roberto Gava. Participei da regulamentação do Sistema Nacional de
442 Unidades de Conservação e fui eu num grupo em Brasília que propusemos o
443 dispositivo da audiência pública que até então não existia. E a audiência pública é
444 justamente o momento em que a sociedade civil e os proprietários privados podem
445 interferir no processo de criação. O que o senhor está falando para nós é que a partir
446 de hoje o Brasil não precisa mais ter áreas públicas protegidas. É exatamente isso que
447 o senhor está dizendo e com isso não podemos concordar, até porque a
448 regulamentação da Lei, o dispositivo ou o instituto da audiência pública foi criado
449 justamente visando dar mais segurança para os proprietários e o senhor sabe que meu
450 pai é um grande proprietário de floresta de araucária e gostaria de ver desapropriadas,
451 inclusive, pela falta de cuidado dele e de outros madeireiros que nem sempre são
452 conscientes.

453 Podemos até perpetuar e perpetrar esse ato. Mas a partir de agora basta
454 ficarmos em casa tomando cafezinho e não teremos o que fazer. Esse tipo de postura
455 esvazia esse Conselho mais do que já está esvaziado. Isso é uma ofensa a este
456 Conselho e uma mentira o que está sendo propugnado aqui. Espero que isso esteja
457 gravado e transcrito em Ata. Obrigada.

458 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Queria
459 fazer duas observações: estive na Assembleia Legislativa no dia em que estava em
460 discussão as unidades de conservação, como também estive na escolinha do
461 governador quando também teve apresentação da discussão lá da proposta e tal. O
462 que se observe é que realmente se cria uma cultura da destruição e isso incitou várias
463 vezes de que criar uma unidade de conservação é uma punição e não um prêmio, e
464 isso é uma cultura invertida no processo de formação de uma nova consciência, de
465 novos valores, isso é uma inversão de valores. Acho que precisaria ser intensificada
466 uma campanha de criar uma unidade de conservação é, realmente, um prêmio. Ouvi
467 isso de vários deputados essa colocação. Acho que não dá para cairmos nessa questão.
468 Agora, o que ficou claro e pelo menos o que entendi é que se as unidades de
469 conservação teriam indenizações, precisava saber isso. Tendo a indenização ele já não
470 está sendo totalmente punido como querem considerar. Além dele ter o prêmio de que
471 sua área fique preservada já que ele preservou por esse tempo, ele também teria a
472 respectiva indenização. Novamente volto a colocar: acho que o Conselho tem que
473 levar mais a sério a questão das presenças e participações. É muito complicado ficar
474 decidindo com a ausência de uma pessoa que sequer participou das reuniões da
475 respectiva Câmara Técnica. Tem que comunicar isso. Temos que avançar no que é
476 melhor para o Estado, no que é melhor para a preservação. Como acho também uma
477 grande contradição e já falamos isso, quando a gente incentiva a preservação da
478 unidade de conservação, de repente vem uma bomba que é a construção de uma
479 hidrelétrica. Há uma contradição. Por isso que a política ambiental do Estado tinha
480 que ter um eixo de princípios, de prioridade para definir essa política. Então tem que

481 pensar seriamente nisso e o ideal é que defina-se uma linha, um eixo desse princípio
482 da política ambiental que nos direcione na tomada de decisões. É assim que vamos
483 conseguir ter consenso, não ser contraditório nas decisões.

484 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o
485 Conselheiro Joel.

486 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Só
487 para ressaltar e reforçar a minha opinião porque não gostaria de ter, aqui, novamente,
488 toda aquela situação que foi criada na Câmara de Resíduos. Isso não é como forma de
489 estar apoiando meu amigo Tom, não é isso, mas acho que temos de respeitar o
490 trabalho das Câmaras Temáticas, há que se respeitar as pessoas que abnegadas
491 estiveram nas reuniões. Presenciei algumas das reuniões iniciais, os trabalhos estavam
492 sendo muito bem encaminhados, não pude infelizmente participar do restante. Já fiz a
493 leitura do trabalho e concordo com o Gava de que os “heróis” devam ser premiados,
494 mas a votação dessa matéria deve se feita nesta Reunião, neste dia.

495 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o
496 Conselheiro Tourinho.

497 O SR. CONSELHEIRO LUIZ ANSELMO TOURINHO (FAEP):- Acho que já
498 estamos cansados de discutir no nosso Conselho proposições que vão e que voltam,
499 vão e voltam e nunca tomamos uma decisão com relação a essas coisas. Concordo
500 com você, Gava, que deveria se premiar aqueles que preservaram. Mas vimos que isto
501 não aconteceu no SNUC e acho que brigar por isso aqui, agora, este não é o momento
502 para isso. Talvez quando esse projeto for para a Assembleia Legislativa lá seria o
503 momento de discutir e brigar para que aqueles que preservaram sejam premiados. Só
504 que lendo toda a proposta e até conversei com o Pizzi aqui e ele disse que não
505 precisava, que isso está na lei federal, mas acho que não custa nada ressaltar aqui e
506 colocar, talvez, um artigo entre o § 1º e o § 2º do art. 25, colocar um novo § que fale a
507 para a criação dessas unidades de conservação estaduais tenha que se ter audiência
508 pública. E isso não está em nenhum ponto desse trabalho aqui. Proponho então que
509 entre o § 1º e o § 2º que as propostas para a criação de unidades de conservação
510 devem passar pelo crivo da sociedade através de audiências públicas tantas quantas
511 forem necessárias. Amplamente divulgadas! Por mãos que já se tenha na lei federal
512 acho que devemos colocar.

513 Outra coisa com relação ao que a Laura falou que se criou a cultura da
514 destruição quando se divulgou as unidades de conservação nacionais. Não concordo
515 com isso. Até porque se tivesse criado a cultura da destruição não se teria essas áreas
516 que o Ministério quer como unidades de conservação. Simplesmente estão lá porque
517 foram conservadas. E com relação às indenizações o que inicialmente se comentou
518 sobre as indenizações é que não iam ser com preço de mercado e por isso houve as
519 discussões. Hoje já se fala em preço de mercado. Aí as indenizações sendo feitas por
520 preço de mercado, tudo bem. É bom saber que as unidades de conservação quando
521 forem propostas é bom ter propostas claras de indenização e não venho aqui discutir
522 isso. Não proponho que saia de pauta, acho que deve continuar na pauta sim.

523 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Conselheiro Gava.

524 O SR. CONSELHEIRO ROBERTO GAVA (FIEP):- Talvez eu precise corrigir
525 um pouco minha colocação, porque deu a entender principalmente para o Tom que a
526 FIEP é contra as unidades de conservação. Pelo contrário. A FIEP é favorável, é a
527 primeira da fila favorável às unidades de conservação. Mas é a primeira da fila a
528 querer indenização até prévia do patrimônio que está ali. Começa com um erro na Lei

529 SNUC que fala em indenização até a preço de mercado, indenização da terra. Não é a
530 terra que o Ministério do Meio Ambiente e nós, sociedade, queremos como
531 preservação. Queremos o ecossistema inteiro, queremos o papagaio, o periquito, o
532 pica-pau, a cobra e no final nós, também. Não queremos terra de soja para unidade de
533 conservação. Queremos o ecossistema o mais puro possível e é isso que a Lei do
534 SNUC não prevê em hipótese nenhuma indenização. Então essa resolução que vai se
535 transformar em um projeto de lei seja criativa para inverter totalmente esse processo,
536 o processo que está hoje aí implantado, repetindo, ele é temeroso, ameaçador para
537 quem tem uma área preservada. É para isso que peço a retirada de pauta para poder
538 construir algo criativo que o Paraná tem sido seguidamente e pode aproveitar essa
539 oportunidade para ensinar o legislativo federal a alteração que precisa ser introduzida
540 no SNUC, com esse objetivo.

541 O artigo que me lastreio é o artigo 9º do Regimento Interno. Obrigado.

542 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Agradeço e o
543 Conselheiro Gava responde ao Conselheiro Tom sobre qual o artigo do Regimento
544 Interno em que estava se baseando o Conselheiro Gava. Com a palavra Conselheiro
545 Tom Grandó.

546 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDÓ (Liga Ambiental):- Posso fazer a
547 leitura do art. 9º? “Qualquer Conselheiro pode pedir vistas do processo apresentando
548 suas razões durante as discussões e votação que se deliberada por maioria simples do
549 Plenário determinará o adiamento ou a apreciação da matéria para reunião seguinte.”
550 Então deve-se corrigir o pleito do senhor Roberto Gava, porque ele então não está
551 pedindo a retirada de pauta e sim vistas ao processo, desde que aprovado pelo
552 Plenário, e irá para a reunião imediatamente seguinte.

553 Gostaria de fazer um comentário a respeito de uma política ou de uma postura
554 que surgiu através do Sr. Roberto Gava representando a FIEP, nos últimos tempos,
555 quando tivemos o debate sobre unidades de conservação. Valores (?), valores de
556 serviços ambientais nunca são incluídos como valores da terra para desapropriação
557 para fins de reforma agrária, para desapropriação para fins de interesse social. Vamos
558 dizer, você tem um terreno ao redor da cabeceira de uma ponte e assim por diante.
559 Acho interessante a ideia, mas ao mesmo tempo acho muito assim perigoso que a
560 gente imponha a possibilidade em questionamento, a cada momento, sobre valores
561 potenciais que a biodiversidade abrangida por uma determinada propriedade privada
562 pode obter, porque aí podemos inclusive discutir o potencial das plantas que poderão
563 vir a ser fonte futura de princípios ativos para medicamentos. Isso é um pleito
564 perigoso, Gava, no sentido de que até hoje não tivemos como reconhecer
565 financeiramente serviços ambientais dessas propriedades ou dessas áreas preservadas.
566 Gostaria de ver esse tipo de pleito, também, quando se fala em reforma agrária.
567 Recentemente foi desapropriada uma área de floresta no Estado do Paraná para fins
568 de reforma agrária e o valor que estava imputado àquela área era o valor de mercado
569 com relação ao potencial de produção daquela área. Mais uma coisa que tem
570 acontecido, Gava, e você sabe bem disso, no interior de Santa Catarina existem
571 pleitos no seguinte sentido: ali em cima da minha área existem 9 mil metros cúbicos
572 de imbuia, quero o valor do metro cúbico da imbuia incluído. Quero o valor do
573 pinheiro incluído, sabendo-se que a extração pura e simples hoje dessas espécies está
574 proibida pela Lei. Isso está sendo questionado. É lógico que os valores vão se tornar
575 proibitivos e vão dilapidar os cofres públicos se permitirmos isso. E até como
576 cidadãos não podemos admitir essa possibilidade. Então, pelo amor de Deus, sabemos

577 que essa discussão está sendo afunilada exclusivamente em termos de desapropriação
578 para unidades de conservação, nos outros casos não está acontecendo. Gostaria de ter
579 visto essa discussão surgiu há 100 anos atrás quando os proprietários privados
580 entraram na floresta e olharam: - Nosso aquele papagaio que está fazendo ninho no
581 alto daquela árvore tem um valor que não estou colocando hoje. Não vou derrubar
582 essa árvore. – Aquela bromélia pode servir para alguma coisa, não vou derrubar com
583 essa árvore porque vou acabar com a população da bromélia. Quero ver, também, se
584 as empresas do setor elétrico vão desapropriar esses valores hedônicos, os valores dos
585 serviços ambientais quando forem afogar 4 milhões e 900 mil árvores na região de
586 Telêmaco Borba. Quero ver o valor da desapropriação. Com certeza não vão impedir
587 esse valor, porque vão entrar numa discussão com um ator muito mais poderoso que é
588 o setor elétrico e aí quero ver até onde vai essa discussão sobre os valores ambientais
589 daquela área e não o valor venal da terra. Quero só equalizar essa discussão, Gava.
590 Somos amigos, sei que você tem sensibilidade diante da questão ambiental, mas
591 temos que ser pragmáticos, absolutamente pragmáticos. Isso que estou apelando para
592 os demais conselheiros, obrigado.

593 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Não havendo mais
594 nenhum conselheiro inscrito a Presidência recebe a solicitação de retirada dessa
595 matéria de pauta e coloca em discussão a retirada. Esclarecendo, naturalmente, que ao
596 ser suspensa a discussão ela será remetida, automaticamente, para a pauta da próxima
597 Reunião Ordinária. Corrigindo pelo art. 9º do nosso Regimento Interno a expressão
598 correta é um pedido de vistas. Em discussão, em votação – os conselheiros que
599 concordam com o pedido de vistas formulado pelo Conselheiro Gava permaneçam
600 como estão: 10 Conselheiros contra; favoráveis – 1 voto favorável e uma abstenção.
601 Então a matéria continua em discussão.

602 A Presidência sugeri dois encaminhamentos para essa discussão. O primeiro
603 façamos a leitura com o destaque. Mas a Presidência solicita que coloquemos um teto
604 a essa discussão e vai justificar: se formos fazer a discussão pura e simples dessa
605 matéria ela não só tomará esta reunião a 64ª, como, possivelmente, a próxima e
606 outras reuniões. Então gostaria de solicitar aos conselheiros que a presidência pudesse
607 apresentar um calendário de reuniões extraordinárias do Conselho para a discussão
608 dessa matéria, especificamente. E de certo, hoje, ela continuaria em pauta e tiraríamos
609 de pauta das reuniões ordinárias estabelecendo um calendário de reuniões
610 extraordinárias que contemplasse os meses de janeiro e fevereiro, no máximo. Com
611 isso concluiríamos essa discussão, com calendário fixo, previamente marcado, de
612 conhecimento de todos e com um teto para se acabar para não prejudicar as pautas
613 remanescentes da nossa reunião que será mais uma apenas no dia 19 de dezembro.
614 Com a palavra o conselheiro Tadeu.

615 O SR. CONSELHEIRO JOSÉ TADEU MOTTA (SJP):- Só mais uma sugestão
616 de encaminhamento de que colocássemos em votação o texto básico apresentado pela
617 Câmara Temática. Aprovado esse texto básico colocaríamos na continuação os
618 destaques.

619 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência
620 agradece e concede a palavra ao conselheiro Joel.

621 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK:- (Fundação Cretã):- Eu
622 gostaria de estar votando esse texto pura e simplesmente como ele está, dando o
623 valor devido à Câmara Temática que trabalhou este pleito.

624 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência recebe

625 o encaminhamento, mas cooperando com o conselheiro Joel dizer que é direito de
626 cada conselheiro manifestar sua opinião a respeito da Câmara Temática. Não
627 podemos simplesmente fazer a votação pura e simples. A não ser que não haja
628 nenhum destaque. Vamos proceder o encaminhamento de uma votação do texto
629 básico dessa Câmara Temática do relatório final. Indagaria se os conselheiros querem
630 abrir uma discussão a respeito da pertinência da votação ou não? Como não houve
631 manifestação em contrário a presidência está entendendo que todos os conselheiros
632 consensualmente confirmam. Com a palavra conselheiro Joel.

633 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Só
634 para que fique em Ata que se coloque em votação para evitar dúvidas posteriores e
635 que conste se foi aprovado por unanimidade ou não o texto básico.

636 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- De acordo com o
637 que a presidência estava encaminhando vamos colocar em votação o texto base deste
638 Relatório Final da Câmara Temática do CEUC, em votação, os conselheiros que
639 concordam com o texto base apresentado pela Câmara do CEUC permaneçam como
640 estão e os contrários se manifestem: uma manifestação em contrário, uma abstenção –
641 APROVADO o texto base com um voto contrário e uma abstenção. Vamos proceder à
642 leitura ou destaques do nosso relatório.

643 O SR. CONSELHEIRO LUIZ ANSELMO TOURINHO (FAEP):- Proponho
644 que aquele que tiver algum destaque já o faça e se faça a votação do destaque, sem
645 que seja necessária a leitura do texto.

646 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A presidência recebe
647 a proposta e concede a palavra ao Conselheiro Tom.

648 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Gostaria de anuir
649 e concordar com a proposta do Conselheiro Tourinho, uma vez que justamente o
650 envio precedente do texto serviria para que os conselheiros pudessem chegar aqui
651 com o conhecimento do teor do texto. Assim poderemos vencer a pauta até 18 horas e
652 não mais postergar a proposta.

653 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A presidência recebe
654 a proposta de dispensa de leitura do texto base e submete à votação.

655 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Minha
656 proposta é que se diga artigo por artigo e quem tiver proposta, assim não passa batido.
657 É rapidinho.

658 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Tem mais alguma
659 questão de encaminhamento com relação a essa matéria. Há uma solicitação de
660 dispensa de leitura, indaga se há alguma proposição contrária. Não havendo considera
661 Aprovada a dispensa da leitura do texto base. Recebe a proposta da Conselheira Laura
662 de fazer a leitura, apenas a nominação dos artigos e coloca em votação. Os
663 conselheiros que concordam que façamos apenas a indicação dos artigos permaneçam
664 como estão, os contrários se manifestem: está dispensada a nominação dos artigos. E
665 vamos às inscrições para que os conselheiros façam seus destaques: conselheiro
666 Paulo, o Tourinho, o Tadeu, o Gava até o momento foram esses 4 conselheiros
667 inscritos.

668 A presidência vai solicitar ao Conselheiro Tom Grando que é o relator dessa
669 Minuta que faça a memória desses destaques. Solicita ao conselheiro Harry que nos
670 auxilie secretariando, também. Faremos os destaques, abriremos a discussão e em
671 seguida votaremos. Conselheiro Paulo Pizzi.

672 O SR. CONSELHEIRO PAULO APARECIDO PIZZI (Mater Natura):- Seria

673 no capítulo 2, art. 3º - no inciso onde diz “proteger em âmbito regional as espécies
674 endêmicas“, daí a inclusão da palavra raras e as ameaçadas de extinção... Ainda no
675 capítulo 2, página seguinte, onde diz “proteger sítios de natureza geológica,
676 geomorfológica,...”, sugerir um item que normalmente é esquecido, mas que já
677 inclusive se encontra em nossa Constituição estadual, então depois de geomorfológica
678 a palavra espeleológica. Ainda nessa página no § Único é mais uma dúvida. Acho que
679 é um erro de digitação, não sei se é para suprimir ou vai ser explicado está na terceira
680 linha, quais são os princípios onde estão descritos. Aparentemente acho que é alguma
681 coisa que ficou de uma parte anterior. Acho que isso é para suprimir. E minha última
682 sugestão no art. 19 § 4º, como esse anteprojeto já está em discussão há mais de um
683 ano e creio que essa discussão aqui já está vencida. Se não me engano agora na
684 semana do meio ambiente já foi estabelecido um programa estadual de RPPN’s,
685 através de um Decreto do senhor Governador e do Secretário Cheida. Seria a
686 supressão ou reestruturação desse parágrafo. É isso. Esse programa agora há existe e
687 foi criado na Semana do Meio Ambiente. Acho que no caso seria a supressão desse
688 parágrafo.

689 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A solicitação do
690 Conselheiro Pizzi é pela supressão e a Conselheira Laura sugeri que seja trocada a
691 expressão “estabelecerá” por manterá. A presidência indaga se há conselheiros com
692 proposta diferente? Não havendo submete à apreciação dos conselheiros – estamos
693 aqui no art. 19 § 4º. A única proposta em apreciação é a substituição da expressão
694 “estabelecerá” pela expressão “o Estado manterá”. Com a palavra o conselheiro
695 Paulo.

696 O SR. CONSELHEIRO PAULO APARECIDO PIZZI (Mater Natura):- E as
697 minhas outras considerações não foram aceitas?

698 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Foram acatadas.
699 São 4 propostas do Conselheiro Paulo: o primeiro pleito do companheiro Paulo Pizzi
700 é com relação ao art. 3º capítulo 2º onde se sugeri a inclusão da palavra “raras”,
701 depois da palavra “endêmicas” no texto do anteprojeto. Acho, Sr. Presidente, que
702 devemos dar anuência a esse destaque. Mantendo-se a vírgula em endêmicas – vírgula
703 – raras.

704 **(Obs: Neste momento houve uma lacuna na gravação, portanto, não é possível**
705 **precisar o tempo dela e nem o que se perdeu de discussão sobre a minuta do**
706 **anteprojeto)**

707 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência
708 interpreta que o conselheiro Joel sugeri a Conselheira Laura como titular, declinando
709 de ser o titular e se coloca como suplente. É isso? (Sim!) Então este segundo item de
710 pauta está vencido. Fica titular a Conselheira Laura e suplente o Conselheiro Joel. O
711 último item da pauta antes de entrarmos no relato sobre a hidrelétrica. O Fórum
712 Paranaense de Biodiversidade entre Paulo Pizzi e o Paulo Caramuru. Então o
713 Conselheiro Paulo Pizzi será o titular e o Paulo Roberto suplente no Fórum
714 representando o CEMA no Fórum Paranaense de Biodiversidade e Biossegurança.
715 Com isso vencemos esses itens da pauta e vamos rapidamente nos próximos 5, 10
716 minutos conceder a palavra ao Conselheiro Tom Grandó para que faça um relato
717 breve sobre a Usina Hidrelétrica de Mauá.

718 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Conselheiros
719 trago, na verdade, uma preocupação que já foi externada por várias vezes diretamente
720 ao Secretário de Estado e Meio Ambiente que nos preside aqui, no Conselho,

721 agradeço a atenção dos demais conselheiros. Mas este é um assunto que está pulsando
722 e que atinge não só a sociedade paranaense como já começa a arranhar, seriamente,
723 este governo. Explico por quê? Nós temos uma determinação ou uma vontade política
724 expressa em se colocar adiante licenciamentos de grandes centrais hidrelétricas no
725 Rio Tibagi. Dia 16 temos arrolados entre os empreendimentos a serem leiloados pela
726 Agência Nacional de Energia Elétrica o empreendimento da UH Mauá. Os senhores
727 devem ter tido algum contato com a nossa luta, com o nosso questionamento com
728 relação a esse empreendimento que não são, esses questionamentos, não são só de
729 cunho de biodiversidade, mas eles refletem questões relacionadas à monopolização
730 do uso da água, monopolização do uso do solo, impactos sociais, antropológicos,
731 históricos muito importantes que poderão acontecer com relação à Bacia do Rio
732 Tibagi. Apelo aqui aos representantes governamentais por uma luta que pode se
733 arrastar por anos e vai se arrastar. A Liga Ambiental não vai ceder um milímetro no
734 que diz respeito ao cumprimento da Lei do Sistema Nacional e Estadual de Recursos
735 Hídricos, do resgate da ideia do zoneamento ecológico econômico da avaliação
736 ambiental estratégica, que não são pleitos nossos, são, sim, uma determinação do IAP
737 e da própria Secretaria de Estado e Meio Ambiente. Como também do cumprimento
738 do resgate da qualidade dos licenciamentos ambientais uma vez que o Estudo de
739 Impacto Ambiental que está apresentado ao IAP é, manifestamente, deficiente. Isso já
740 manifestado não pela Liga Ambiental que apresentou 49 quesitos e não foram
741 respondidos ainda pelo Ministério Público Estadual, pela Universidade Estadual de
742 Londrina e Universidade Estadual de Maringá. Então, senhores, isso diz respeito
743 também a outros licenciamentos de grandes barragens que estão acontecendo no
744 Estado do Paraná e alguns deles não estão sob a competência do IAP e sim do
745 IBAMA, como é o caso de Tijucu Alto. Temos, também, a questão do Baixo Iguaçu e
746 do Rio Chopim que devem ser vistos com a devida ressalva. Estou falando aqui da
747 questão do Tibagi, exclusivamente, não porque me afeta pessoalmente a questão do
748 Rio Tibagi, mas porque ele é a bola da vez do setor elétrico. Os agricultores, as
749 indústrias, a sociedade civil, o órgão ambiental devem se debruçar sobre essa questão.
750 É apropriação e monopolização de água e de solo, e monopolização das decisões.
751 Secretário, eu posso imaginar os constrangimentos que o senhor está sofrendo por um
752 ato, por pressão da sociedade civil, por pressão das universidades, do Ministério
753 Público e por outras instituições com relação a esse empreendimento. Faço um apelo
754 para que apresentemos uma Moção e solicito que ela seja votada, para que esse
755 licenciamento ocorra só após o cumprimento de todos os dispositivos legais já aqui
756 mencionados, como também, obediência do Sistema Estadual de Recursos Hídricos
757 onde o Comitê de Bacias deveria ser ouvido e não está sendo ouvido e o Conselho
758 Estadual de Recursos Hídricos deveria ser ouvido e não está sendo ouvido. Já temos
759 quatro ações civis públicas tramitando e vamos jogar mais quatro, mais oito, quantas
760 forem necessárias e não quero fazer isso uma guerra civil contra o Governo do Estado
761 do Paraná. Porque sei que o Governo do Estado do Paraná tem clareza dos impactos
762 sociais e ambientais decorrentes desses empreendimentos, Secretário. O próprio
763 governador deve ter essa clareza, mas sei que estamos num momento de muito
764 constrangimento. Não podemos negociar com a faca no pescoço como está
765 acontecendo – o Setor Elétrico e o Ministério de Minas e Energia não nos dá outra
766 opção. Temos aqui um dossiê e tirei hoje do site da Liga Ambiental, estão aqui 14 dos
767 31 documentos que já estão em propriedade da Liga Ambiental que indicam que esse
768 procedimento deveria ter sido alterado no âmbito do Instituto Ambiental do Paraná. E

769 aqui aproveito a presença do Harry Teles que está diante desse conflito, para que ele e
770 os outros membros do Departamento de Licenciamento Estratégico façam uso desses
771 documentos, porque, se não fizerem, inevitavelmente nós vamos fazer em nossos
772 pleitos futuros. Isso não é uma ameaça de maneira alguma, não temos essa pretensão,
773 é uma tentativa de contribuição. Estamos tentando é a coerência da política, das
774 decisões da esfera administrativa com as leis, com o consenso científico e o
775 conhecimento técnico que existe sobre a Bacia do Rio Tibagi. Vou passar esse
776 pequeno dossiê e existem muitos outros documentos e gostaríamos muito de ver
777 nosso querido governador, bem ao seu estilo e dar um soco na mesa nessa questão e
778 falar: - Bom, aqui no Paraná quem manda é o Governo do Estado e nos rios do Paraná
779 se cumpre a Lei e se cumpre os preceitos de planejamento estratégico. Se aceitarmos
780 o projeto como está ou seja como ele tem sido sugerido com relação à redução da cota
781 da altura, estaremos dando um salto no escuro. A Bacia do Rio Tibagi tem naquele
782 local o seu pulmão: vamos perder qualidade de água, vamos perder patrimônio
783 antropológico, biodiversidade e perder até a imagem, vamos arranhar seriamente a
784 imagem deste Governo. Este é o último apelo que faço, porque hoje é o dia fatídico
785 para se apresentar a Licença Prévia e por força de uma Portaria do Ministério de
786 Minas e Energia, esse prazo foi dilatado para até dois dias antes do leilão. Claro que
787 isso já é um reflexo de toda a luta, de todo o embate, de todo o conflito que está
788 surgindo com relação a esses empreendimentos.

789 Vou passar esses documentos e gostaria que, oportunamente, vocês visitassem
790 o site da Liga Ambiental que tem procurado, como nunca, pautar suas ações e sua
791 relação com o órgão ambiental, com a Secretaria de Estado e com o Governo de uma
792 maneira absolutamente franca, mas, com fidelidade. Reconhecemos que existe
793 conflito, mas esperamos uma atitude mais severa. O que estamos vendo até agora é
794 uma espécie de operação tapa buraco: vamos emendar aqui, remendar aqui.
795 Precisamos planejar o uso dos nossos recursos naturais. Não podemos pegar
796 inventários que foram feitos na década de 60, 70 e 80 e colocá-los em prática hoje,
797 atropelando todo o sistema, os Conselhos, os interesses sociais.
798 Obrigado e desculpe se me estendi. Agradeço a atenção de todos e apelo pela
799 intercessão de todos os presentes. Obrigado.

800 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra a
801 Conselheira Laura.

802 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Secretário e
803 Conselheiros, o Tom tocou na questão de Tijuco Alto e quero reforça um pouco essa
804 questão, colocando um pouco da história de luta que a gente vem tendo contra o
805 Tijuco Alto. Estava lembrando, a I Conferência Estadual de Saúde, a única Moção
806 aprovada foi a Moção contra a Usina de Tijuco Alto isso em 1991. Na verdade é um
807 empreendimento particular do Sr. Antônio Ermírio de Moraes para jogar energia no
808 mercado e não traz nenhum benefício para a região do Vale do Ribeira. Inclusive há
809 uma grande contradição entre os projetos de agricultura familiar, de desenvolvimento
810 sustentável e de autossustentabilidade regional e local. Essa usina ela reverte esse
811 processo que está sendo criado, ela já traz, só a mensagem da usina já trouxe um
812 impacto socioambiental no município de Cerro Azul e Adrianópolis. Mas esse
813 impacto socioambiental ainda vai continuar porque ele cada vez se intensifica mais.
814 Lembrando, também, que no Encontro Nacional da Mata Atlântica foi aprovado uma
815 Moção contra a Usina de Tijuco Alto, no Seminário Internacional das Águas aqui em
816 Curitiba foi aprovado outra Moção contra o Tijuco Alto, na Conferência Regional de

817 Meio Ambiente de Curitiba, Região Metropolitana, Vale do Ribeira e Litoral dia 11 de
818 novembro foi aprovado Moção contra Tijucu Alto. No dia 22 de novembro fizemos
819 um debate no Plenarinho da Assembleia e as pessoas que estavam ali assinaram
820 também a Moção contra a Usina de Tijucu Alto e na Conferência Estadual de Saúde
821 agora em Foz do Iguaçu eles nem precisava falar que eles já queriam assinar. Porque
822 o impacto de Itaipu ainda é muito forte nas comunidades da região. O Paraná exporta
823 70% da energia que produz, menos de 30% ele aproveita. Não se justifica fazer uma
824 usina em Capanema, para quê? O Paraná não precisa de energia, isso não é
825 sustentabilidade, isso vai afetar o Parque Nacional do Iguaçu. Para que fazer uma
826 Usina em Tijucu Alto se o Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira nunca
827 colocou como uma necessidade essa Usina? Nem em Cerro Azul, em Cerro Azul acho
828 que 70% da população não quer a usina. Agora porque existe uma articulação de
829 cúpula de administradores com empresários que vai ter que aceitar? Não é assim, não
830 é assim que se faz gestão participativa.

831 Levamos isso, também, para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador,
832 tivemos assinatura de 138 pessoas na Moção dos Delegados presentes e temos
833 participado do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Estivemos num Seminário em
834 Brasília agora e também colocamos isso pedindo o apoio do pessoal. E, no final,
835 várias pessoas vieram falar conosco se solidarizando.

836 Então acho que embora seja um processo que vai ser licenciado pelo IBAMA,
837 a SEMA e o IAP já participaram. Inclusive em 93 a Audiência Pública que houve em
838 Cerro Azul foi a SEMA que convocou, foi uma Audiência Pública fraudulenta, o
839 senhor Antônio Ermírio de Moraes lotou 22 ônibus em Sorocaba e levou para a
840 Audiência Pública, deixando de lado a população local que seria atingida. Falta
841 seriedade nesses processos, falta sensibilidade para com a comunidade local, ver o
842 que realmente interessa para o desenvolvimento regional e local do Estado, do
843 município. E aí a gente entra em discussão de política energética, matriz energética. O
844 Estado do Paraná hoje não tem carência de novas hidrelétricas, então não justifica
845 novas hidrelétricas no Estado! Temos política de preservação da biodiversidade, de
846 mata ciliar e queremos que isso seja potencializado com outras políticas e não
847 desarticular ou desmerecer. Era isso.

848 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Laura esta
849 presidência agradece. Só vai colocar uma questão: o término da reunião já estourou e
850 nosso quorum já acabou. Com a palavra o conselheiro Sérgio.

851 O SR. CONSELHEIRO SÉRGIO LIMA (Fetepar):- Minha palavra vem de
852 encontro às colocações do companheiro Tom Grando, até estou emocionado, e não
853 querendo colocar essa presidência em xeque ou coisa parecida, propor uma reunião
854 extraordinária para debater o assunto e deliberar sobre o assunto até porque as
855 consequências após o feito serão nefastas e irreversíveis. Era isso, obrigado.

856 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Esta presidência agradece o
857 Conselheiro Sérgio mas, informo, que não temos quorum para deliberar. Agradecendo
858 a presença de todos encerramos esta reunião e marcamos já uma reunião para o dia 19
859 de dezembro, a última reunião ordinária deste Conselho do ano. Obrigado.

860 Está encerrada a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio
861 Ambiente – CEMA.

862 (Reunião de gravada e transcrita por Maria Elisa Rebello – Taquígrafa da Assembleia
863 Legislativa do Paraná)